



**AVANÇOS E RETROCESSOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DURANTE
OS GOVERNOS PT, MICHEL TEMER E BOLSONARO**

**ADVANCES AND SETBACKS IN INDIGENOUS SCHOOL EDUCATION DURING THE PT
MICHEL TEMER AND BOLSONARO GOVERNMENTS**

**AVANCES Y RETROCESOS EN LA EDUCACIÓN ESCOLAR INDÍGENA DURANTE LOS
GOBIERNOS DEL PT MICHEL TEMER Y BOLSONARO**

Maicon Rodrigues dos Santos¹**RESUMO**

Essa resenha tem como objetivo trazer uma discussão sobre o livro de Gersem Baniwa, *Educação Escolar Indígena no Século XXI: encantos e desencantos*. No decorrer do texto, serão abordadas informações sobre o autor e sobre a obra. O autor não traz a conclusão do livro, mas deixa bem claro que durante a gestão do PT, houve encantos e desencantos. Porém, durante a gestão dos governos Michel Temer e Bolsonaro, a situação foi muito pior, comparando-se aos governos Petistas. Por fim, o autor dessa resenha, faz as suas considerações sobre o texto e a sua indicação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Escolar Indígena. Governo do PT. Escolas indígenas.

ABSTRACT

This review aims to bring a discussion about the book by Gersem Baniwa, *Indigenous School Education in the 21st Century: charms and disenchantments*. Throughout the text, information about the author and the work will be discussed. The author does not bring the conclusion of the book, but makes it clear that during the PT administration, there were charms and disenchantments. However, during the management of the Michel Temer and Bolsonaro governments, the situation was much worse, compared to the PT governments. Finally, the author of this review makes his considerations about the text and its indication

KEYWORDS: Indigenous School Education. PT government. Indigenous schools.

RESUMEN

Esta reseña tiene como objetivo traer una discusión sobre el libro de Gersem Baniwa, *La Educación Escolar Indígena en el Siglo XXI: encantos y desencantos*. A lo largo del texto se discutirá información sobre el autor y la obra. El autor no trae la conclusión del libro, pero aclara que durante la administración del PT hubo encantos y desencantos. Sin embargo, durante la gestión de los gobiernos de Michel Temer y Bolsonaro, la situación fue mucho peor, en comparación con los gobiernos del PT. Finalmente, el autor de esta reseña hace sus consideraciones sobre el texto y su indicación.

PALABRAS CLAVE: Educación Escolar Indígena. Gobierno del PT. escuelas indígenas.

O autor do livro *Educação Escolar Indígena no Século XXI: encantos e desencantos*, Gersem Baniwa, além de ser professor indígena e liderança, é também o primeiro indígena a

Submetido em: 17/10/2022 – **Aceito em:** 28/04/2023 – **Publicado em:** 04/08/2023

¹Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Ensino Regional Alternativa (2015). Especialista em Educação Escolar Indígena pela Faculdade Alfamérica (2018). Mestre em Ensino e Relações Étnico-Raciais pela UFSB/CPF (2021). Atualmente, é professor indígena do Colégio Estadual Indígena de Corumbauzinho, atuando como diretor escolar. Também atuou como orientador no programa Saberes Indígenas na Escola (2021) e, também, foi um dos representantes do povo Pataxó no Fórum de Educação Indígena da Bahia - Forumeiba (2017-2021). Recentemente, foi homenageado com a Comenda de Honra dos 180 anos do Conselho Estadual de Educação da Bahia (2022).

ter o título de doutor em Antropologia no Brasil. Gersem Baniwa também já foi Secretário de Educação do município de São Gabriel da Cachoeira, dirigente de organizações indígenas e gerente técnico de projetos de cooperação internacional para povos indígenas. Além disso, o autor foi integrante do Conselho Nacional de Educação, Coordenador Geral de Educação Escolar Indígena na extinta Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação e organizou a I Conferência Nacional de Educação (I Coneei) em 2009, durante o seu mandato. Atualmente, é professor do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

No que tange à composição do livro, ele foi publicado no ano de 2019. A editora responsável pela publicação do livro é a Mórula, através do Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED). Esse livro foi completamente financiado através de um projeto conhecido como “Efeitos sociais das políticas públicas sobre os povos indígenas – Brasil, 2003-2018. Desenvolvimentismo, participação social, desconstrução de direitos e violência”, pela Fundação Ford, possuindo 296 páginas. Sobre a estrutura da escrita, o livro possui o prefácio, a introdução e oito capítulos. O livro não possui as considerações finais.

O público alvo desta obra são leitores indígenas e não indígenas. Sobre o seu subtítulo, encantos e desencantos, o autor foca na análise das políticas públicas, sobre a educação escolar indígena, implementadas a partir dos anos 2000, até o ano de 2019, início do governo do presidente Jair Bolsonaro. O autor utilizou experiências reais do seu cotidiano para escrever essa obra. O autor reconhece os feitos para a melhoria da Educação Escolar Indígena, durante a era PT, mas também critica, considerando que o governo do PT poderia ter feito muito mais para os povos indígenas do Brasil; ou seja, eles tiveram a chance de fazer justiça, mas não a fizeram.

Ao contrário do que as autoras Simas e Nascimento (2021) afirmaram, esse livro não foi o resultado da tese de doutorado do autor. O livro que foi resultado de sua tese de doutorado foi o “Educação para manejo do mundo”, em que

o autor apresentou uma importante reflexão sobre práticas educacionais e processos formativos nos contextos específicos interculturais e multilinguísticos do Alto Rio Negro na construção da chamada “educação escolar indígena intercultural, bilíngue, diferenciada e de qualidade” [...] (p. 8).

Na introdução do livro, o autor traz que o primeiro mandato de Lula não foi tão bom; já o segundo foi melhor. No que se refere ao mandato da presidenta Dilma, Gersem afirma que foi decepcionante. Entretanto, o autor afirma que o mandato de Michel Temer foi ainda pior para os povos indígenas, comparando com o da presidenta Dilma. Ainda sobre os governos petistas, o Baniwa salientou que “faltou força, vontade e determinação aos governos petistas para seguir e cumprir o projeto programático original do partido e dos governos eleitos, que contemplava de forma lúcida e coerente as grandes demandas indígenas [...]” (p. 12). Mesmo com a falta de força, vontade e determinação dos governos petistas, o autor traz alguns avanços notáveis, como formação inicial e continuada de professores indígenas, acesso e permanência de indígenas no ensino superior, a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) no âmbito do Ministério da Saúde, o Programa Luz Para Todos, Bolsa Família, Salário Maternidade, Bolsa Permanência, Bolsa Defeso ou do Pescador e outros.

Sobre a presidenta Dilma, ela vetou o Projeto de Lei nº 5.944/2013 em 2015, e que já havia sido aprovada pelo Congresso Nacional, que visava alterar a redação de dois artigos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com a finalidade de que as escolas indígenas não fossem avaliadas pelos mesmos critérios das escolas não indígenas. A alteração também ampliaria a utilização da língua indígena para atender toda a educação básica e superior. Infelizmente, a presidenta vetou esse PL, alegando a dificuldade em aplicá-lo.

No primeiro capítulo, *Educação escolar para indígenas no Brasil no final do século XX*, o autor traz um breve histórico da educação escolar indígena no Brasil, salientando como ela se deu nos períodos colonial, imperial e republicano. Ele ainda traz a Constituição Federal de 1988 (CF) como um importante marco para os povos indígenas, dizendo que, se não fosse através dela, talvez a população indígena não teria sobrevivido.

No segundo capítulo, *Educação e povos indígenas no limiar do século XXI: debates interculturais*, Gersem salienta a necessidade da escola indígena ser verdadeiramente

indígena. Baniwa também traz a escola como um importante instrumento no resgate e revitalização das línguas indígenas. No entanto, ele critica o conceito de inclusão e sugere a utilização de termos como acolhimento interativo e dialético ou de acolhimento do reconhecimento.

No terceiro capítulo, *Direitos indígenas e políticas indigenistas na era petista*, Baniwa salienta que o governo do PT perdeu a oportunidade de ter entrado para a história como o governo que mais fez pelos indígenas. Apesar de o governo PT ter beneficiado os indígenas com alguns programas, uma parte significativa dos programas proposta pelos movimentos indígenas não foram à frente. Segundo ele “nada ou quase nada foi implementado do ponto de vista estruturante na política indigenista nos 14 anos do governo petista” (p. 106).

No quarto capítulo, *Balanço das políticas de educação escolar indígena na era PT*, Gersem reconhece que houve avanços na educação escolar indígena no governo petista. Dentre os avanços, encontra-se a realização da I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena em 2009. Outro avanço importante, nesse caso já no governo Dilma em 2014, foi a realização do Programa Saberes Indígenas na Escola (PSIE), que é uma formação continuada para os professores indígenas que atuam com alfabetização e letramento, e serve para a produção de materiais didáticos específicos.

No que diz respeito à qualidade da educação escolar indígena, Gersem afirma que “As escolas indígenas são preteridas porque, em geral, as aldeias não apresentam densidade eleitoral/populacional relevante para os dirigentes políticos locais, por isso preferem investir os recursos em lugares que garantem suas eleições” (p. 151). Essa reflexão de Gersem é muito importante, pois o “jogo político” é algo que está presente nos governos. Geralmente, os governantes só contemplam os locais onde há uma grande quantidade populacional, como as capitais dos estados ou os centros metropolitanos, deixando de lado as populações do interior e os povos tradicionais. Isso pode ser considerado tanto nos governos estaduais quanto nos municipais.

No quinto capítulo, *Povos indígenas, ações afirmativas, ensino superior e a lei das cotas*, Gersem Baniwa retoma a discussão sobre a Lei de Cotas, reforçando que, por ocuparem 13% do território nacional e, no caso da Amazônia Legal, 23%, é necessário que os indígenas possuam curso superior para gerir, com autonomia, esses territórios. Ele critica a forma de ingresso individualizado por parte dos indígenas na universidade. Segundo ele, a forma de ingresso deveria acontecer através da coletividade, ou seja, deveria ser as comunidades que deveriam indicar os candidatos, mas nem sempre acontece dessa maneira. Ele também considera desigual a concorrência por vagas quando indígenas aldeados e urbanos concorrem pelas mesmas vagas, assim como quando indígenas concorrem com pretos e pardos, pois tanto os indígenas aldeados quanto a população negra (pretos e pardos), possuem mais facilidades para ingressarem nas vagas.

No sexto capítulo, *Formação indígena e os desafios da participação e da autonomia etnopolítica*, o autor traz o conceito de autonomia, salientando que, para os povos originários, ela pode ser compreendida nos seguintes aspectos centrais:

- a) reconhecimento de direitos políticos, econômicos e socioculturais por parte dos Estados nacionais;
- b) reconhecimento e garantia das formas próprias de participação na vida nacional e no âmbito das estruturas de poder do Estado;
- c) garantia do desenvolvimento autônomo;
- d) direito à Livre Determinação ou Autogoverno étnico ou comunitário, nos marcos dos Estados (p. 201).

No sétimo capítulo, *De volta às “guerras justas”, porque “o índio não pode deter o desenvolvimento”*, o autor afirma que os mesmos argumentos utilizados no passado para exterminar os indígenas, são utilizados na atualidade para “negar, perseguir e cassar os direitos indígenas e também para criminalizar as organizações indígenas e indigenistas e suas lideranças” (p. 246). O ex-presidente Lula, segundo o autor, chegou a afirmar que “os direitos dos índios, quilombolas e ambientalistas eram penduricalhos” (p. 287). Ainda no governo Lula, a usina de Belo Monte foi empurrada “goela abaixo” sobre os povos indígenas, mesmo o governo dizendo que isso não iria acontecer.

No último capítulo, *Educação escolar indígena e os mares turbulentos das contrarreformas da educação brasileira*, o autor aborda questões como Novo Ensino Médio e Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ele também fala que no governo de Jair

Bolsonaro, a Secadi e a Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena foram extintas, assim como a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena. O orçamento para atender aos programas voltados para a educação escolar indígena caiu drasticamente, fazendo com que muitos desses programas tivessem dificuldades para serem executados na atualidade.

É importante salientar que, apesar de o autor trazer exemplos em âmbito nacional, essas realidades aplicam-se também na Bahia e no Acre (MAGALHÃES, 2019; SILVA, 2019), pois as escolas desses estados possuem precariedades nas infraestruturas, contratação de professores, pagamento inferior ao piso nacional, falta de internet, dentre outros. Outro fator importante, é o de que, mesmo que o autor fez críticas aos governos do PT, e de forma mais contundente aos governos de Michel Temer e Bolsonaro, sem sombra de dúvidas, o governo do PT foi o que mais reconheceu os direitos educacionais indígenas e têm contribuído para a melhoria educacional das escolas indígenas.

O livro em análise é indicado para professores indígenas, professores não indígenas e pesquisadores da temática indígena, considerando que possui uma vasta informação sobre educação escolar indígena. As informações são muito importantes, pois traz um breve histórico de como foi a educação escolar indígena nos séculos anteriores e traz exemplos de como essa educação aconteceu no século XXI, mais especificamente, durante os governos do PT.

REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersem. **Educação Escolar Indígena no Século XXI**: encantos e desencantos. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019.

MAGALHÃES, J. C. B. “**O que queremos é uma escola com o cheiro do nativo**”: Os modos de apropriação da escola pelos Tupinambá Olivença. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília. Brasília, p. 110. 2019.

SILVA, J. A. C. D. Políticas de educação escolar indígena no Acre. **Educar em Revista**, Curitiba, 35, n. 77, set./out. 2019. 321-338.

SIMAS, H. P., & NASCIMENTO, C. R. Um olhar sobre a educação escolar indígena no século XXI. **Educação & Linguagem**. São Paulo, v. 24, n. 1, p. 183-187, jan. -jun. de 2021.



Acesso em 11 de Junho de 2022, disponível em <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/EL/article/view/10892/7797>

Agradecimentos

Ao professor Francisco Cancela por ter me incentivado a produzir essa resenha.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.